



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0286366-5 – RECIFE/PE**

**APELANTE:** ALDECI JOSÉ DA SILVA E OUTROS

**ADVOGADO:** Natanael Enéas da Silva (OAB/PE 4.248)

**APELADO:** RIMOR EMPREENDIMENTOS E  
PARTICIPAÇÕES S/A E OUTRO

**ADVOGADO:** Ivan Barreto de Lima Rocha (OAB/PE 20.600)

**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**DATA DO JULGAMENTO:** 19 DE MARÇO DE 2013

**EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. OPOSIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Da leitura do Art. 56 do CPC, se extrai a conclusão de que a oposição – na modalidade de intervenção de terceiros – é uma verdadeira ação em que um terceiro (oponente) ingressa em processo alheio pretendendo, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre o qual discutem autor e réu, os quais passam a figurar como opostos.


2. Assim sendo, a oposição não pode introduzir discussão de direito não controvertido na lide desenvolvida entre os opostos, ficando, portanto, o opoente, restrito aos limites da ação principal à qual incidentalmente apresentou a oposição.

3. De acordo com o entendimento jurisprudencial dominante do C. STJ, existindo uma ação, cujo pedido de reintegração de posse se funda exclusivamente na posse, não há previsão legal para a propositura de oposição para que seja discutida a propriedade ou domínio do bem.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0286366-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, negar provimento ao recurso interposto por Aldeci José da Silva e Outros, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 21 de março de 2013.

  
Alberto Nogueira Virginio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0286366-5 – RECIFE/PE**

**APELANTE:** ALDECI JOSÉ DA SILVA E OUTROS  
**APELADO:** RIMOR EMPREENDIMENTOS E  
PARTICIPAÇÕES S/A E OUTRO  
**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**RELATÓRIO**

A RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A ajuizou **Ação de Reintegração de Posse (NPU 0135212-30.2009.8.17.0001)** em face do SARGENTO DARLAN, objetivando, em síntese, a posse do imóvel supostamente esbulhado, localizado na BR 101, Loteamento Propriedade Berenguer, Quadra "A", Lote nº 01, entre os quilômetros 12 e 14, Freguesia de Beberibe, Recife/PE, sob a alegação de que é a justa possuidora e legítima proprietária.

Às fls. 53/54 dos autos da mencionada ação, o magistrado de piso, nos moldes do Art. 926 e seguintes do CPC, **deferiu a liminar de reintegração de posse**, autorizando, a expedição do mandado que foi devidamente cumprido, consoante se extrai da certidão aposta na fl. 69v.

DARLAN JOSÉ DE CARVALHO apresentou **contestação (fls. 71/76)** afirmando ser o detentor da posse do imóvel, bem como indevida a reintegração por se tratar de força velha, requerendo, ao final, a improcedência do pleito reintegratório.

Em 04/01/2010, foi apresentado petitório às fls. 135/138, em que a RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES LTDA. e o Sr. DARLAN JOSÉ DE CARVALHO **transacionaram**, de modo que ficou acertado este último reintegrar definitivamente a empresa na posse do imóvel litigioso, que, a título de benfeitorias, efetua pagamento da importância única de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Incidentalmente, no dia 20/01/2010, o Sr. ALDECI JOSÉ DA SILVA e OUTROS apresentaram **oposição (NPU 0003163-88.2010.8.17.0001)**, sob o argumento de que são possuidores do imóvel descrito na exordial há mais de 10 (dez) anos, onde possuem suas residências e utilizam a terra com plantações e árvores frutíferas de várias espécies.

Acrescentaram, ainda, que consentiram, por questões religiosas, ao Sr. DARLAN JOSÉ DE CARVALHO, a possibilidade de construção de uma moradia, porém quando o favorecido ainda não havia ocupado a casa em construção, a RIMOR ajuizou ação de reintegração de posse em face dele, ignorando, porém, os verdadeiros posseiros.

Ao final da oposição, pugnaram pela sua procedência e, conseqüentemente, pela improcedência da ação de reintegração de posse.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

À fl. 29 dos autos da oposição, o MM. Juiz da 16ª Vara Cível da Capital **deferiu a liminar pleiteada na oposição**, momento em que determinou a retirada imediata do trator da RIMOR, se no terreno ainda se encontrar, bem como suspendeu qualquer ato turbador por parte da empresa oposta.

Contestação da RIMOR (fls. 74/85), com réplica às fls. 97/100.

Às fls. 180/189 da ação de reintegração de posse e às fls. 125/134 da oposição, o MM. Juiz *a quo* prolatou **sentença única**, homologando o acordo firmado entre a RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A e DARLAN JOSÉ DE CARVALHO, julgando extinto o processo de reintegração com resolução do mérito, bem como improcedente os pedidos formulados pelos ora apelantes na oposição.

Irresignados, ALDECI JOSÉ DA SILVA e OUTROS apresentaram **recurso de apelação** (fls. 161/169 da oposição), defendendo que o magistrado de piso equivocou-se ao entender que os oponentes, ora apelantes, almejaram o reconhecimento da propriedade do imóvel em litígio pela via inadequada, qual seja, a oposição.

Em sequência, arguem a nulidade do acordo celebrado entre a Rimor Empreendimentos e Participações S/A e o Sr. Darlan José de Carvalho, por ter ferido direito de terceiros, haja vista a realização sem a presença dos opoentes/apelantes.

Ao final, requereram o provimento do apelo para declarar a nulidade da mencionada transação, com a procedência da oposição.

Contrarrazões (fls. 173/175) apresentada pela RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A para manutenção do *decisum* ora vergastado.

Às fls. 185/187 dos autos da oposição, a RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A apresenta petítório – o qual deixo para apreciar quando do julgamento do presente apelo – informando a este juízo que, embora o magistrado de piso tenha prolatado sentença única homologando a transação firmada na Ação de Reintegração de Posse e julgando improcedente a Oposição, e, por via de consequência, revogando a liminar anteriormente deferida nos autos desta última, recebeu o recurso de apelação interposto por ALDECI JOSÉ DA SILVA e OUTROS nos efeitos devolutivo e suspensivo, razão pela qual ainda não houve a efetivação da outorga da posse em seu favor, ainda que inexista qualquer condição impeditiva para tanto.

É o relatório. Ao Ilustre Des. Revisor.

Recife, 18 de janeiro de 2013.

  
Alberto Nogueira Virginio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

211  
c

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0286366-5 – RECIFE/PE**

**APELANTE:** ALDECI JOSÉ DA SILVA E OUTROS  
**APELADO:** RIMOR EMPREENDIMENTOS E  
PARTICIPAÇÕES S/A E OUTRO  
**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**VOTO DO DES. RELATOR**

Como bem delineei no relatório, o presente apelo se insurge contra a sentença que homologou a transação celebrada entre os ora apelados e reconheceu improcedente a oposição apresentada pelos ora apelantes incidentalmente à ação de reintegração de posse, por entender que não é possível a discussão acerca da propriedade/domínio do imóvel litigioso mediante esta modalidade de intervenção de terceiros, por ter sido a mesma apresentada em um litígio possessório.

Pois bem.

Compulsando os autos, de acordo com a documentação de fls. 32/33, observo que o imóvel litigioso encontra-se localizado na BR 101, Loteamento da Propriedade Berenguer, Quadra "A", Lote nº 01, entre os quilômetros 12 e 14, Freguesia de Beberibe, Recife/PE, com forma irregular que mede 90m de frente; 77m de comprimento do lado direito; 124m de comprimento do lado esquerdo; e, 117m na linha dos fundos, perfazendo uma área total de 10.000 m<sup>2</sup>.

Ademais, da mencionada documentação e da escritura pública de compra e venda de fls. 43/45, resta devidamente comprovado que a RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A é a legítima proprietária do imóvel em questão, eis que dois dos seus acionistas/fundadores, Eduardo Turton Ferreira Lopes e Ivana Maria Cantinho Guerra Turton Lopes, adquiriram de Mirionildo Torres de Moura e Eda Calado de Moura o bem descrito anteriormente.

*In casu*, a RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A ajuizou Ação de Reintegração de Posse em face de DARLAN JOSÉ DE CARVALHO, sob a alegação de que este último estava esbulhando a sua propriedade e que, cientificado acerca da necessidade de desocupação do imóvel continuou com a posse injusta e clandestina.

O Sr. DARLAN JOSÉ DE CARVALHO, inicialmente se insurgiu contra as alegações da RIMOR, porém, posteriormente firmou acordo extrajudicial (fls. 135/138), recebendo a título de benfeitorias a importância única de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Ocorre que, os ora apelantes arguem na oposição e durante toda a marcha processual, que são possuidores do imóvel descrito na exordial há mais de 10 (dez) anos, onde possuem suas residências e utilizam a terra com plantações e árvores

*Assinatura*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

frutíferas de várias espécies, situação que acarreta no direito líquido e certo de usucapirem o terreno.

De acordo com o entendimento jurisprudencial dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “Existente ação cujo pedido de reintegração de posse se funda exclusivamente na posse, não há previsão legal para a propositura de oposição para que seja discutida a propriedade ou o domínio do bem”. (REsp 685.159/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 19/10/2009)”<sup>1</sup>.

Ora, ao mencionarem a possibilidade de usucapião, estão, nos autos da oposição, discutindo acerca da posse e, conseqüente da propriedade, esta gerada através do decurso do prazo em que permaneceram de forma mansa, pacífica e contínua.

Assim sendo, cuido que agiu acertadamente o magistrado sentenciante ao entender, no caso em estilha, pela impossibilidade da procedência da oposição.

Explico.

A oposição é uma modalidade de intervenção de terceiros, prevista no Art. 56 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

**Art. 56** - Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Da leitura do mencionado dispositivo legal se extrai que a oposição é uma verdadeira ação em que um terceiro (oponente) ingressa em processo alheio pretendendo, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre o qual discutem autor e réu, os quais passam a figurar como opostos.

Nesse sentido, a oposição não pode introduzir discussão de direito não controvertido na lide desenvolvida entre os opostos, ficando, portanto, o opoente, limitado aos limites da ação principal à qual incidentalmente apresentou a oposição.

No caso dos autos, considerando o fato da RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A ter ajuizado Ação de Reintegração de Posse em face do Sr. DARLAN JOSÉ DE CARVALHO, discutindo exclusivamente a posse, não poderia o Sr. ALDECI JOSÉ DA SILVA & OUTROS, na oposição, discutir outra questão senão a posse.

<sup>1</sup> STJ, AgRg no REsp 917.816/DF, Quarta Turma, Relator: Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 16/08/2011, DJe 19/08/2011  
06 – AP nº 0286366-5



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

212  
2

Isso porque, "(...) a oposição interveniente em ação possessória deve ser atinente apenas à posse controvertida entre os opostos, Não se pode admitir a discussão de propriedade, que não é o direito controvertido pelos opostos (CPC, Art. 56)."<sup>2</sup>.

Diante deste contexto, impossível o prosseguimento da oposição apresentada pelo Sr. ALDECI JOSÉ DA SILVA & OUTROS, tendo em vista que sua tese de defesa abarca, exclusivamente, o direito de usucapião em face da posse ininterrupta dos oponentes, por mais de 10 (dez) anos, no imóvel litigioso, situação que, como é cediço, deve ser discutida em ação própria, não podendo a ação de reintegração de posse ser utilizada como via transversa para obtenção do direito pleiteado pelos ora apelantes.

Ademais, importante registrar que os próprios apelantes afirmam durante a oposição a existência de uma ação de usucapião coletivo (NPU 0005226-86.2010.8.17.0001), meio específico através do qual há a possibilidade de discussão do direito alegado.

Quanto à nulidade da transação homologada pelo magistrado de piso, cuidado não merecer guarida, eis que firmada entre os ora apelados, partes integrantes da ação de reintegração de posse, legitimadas para tanto.


Acrescente-se, por oportuno, que o fato da oposição ter sido julgada improcedente acarreta a não participação dos oponentes/apelantes no acordo firmado, os quais têm a possibilidade de reversão da propriedade do imóvel litigioso na ação de usucapião ajuizada pelos mesmos contra a RIMOR, nada havendo mais o que se discutir neste processo.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto por ALDECI JOSÉ DA SILVA & OUTROS, momento em que mantenho *in totum* a sentença vergastada e **DETERMINO** a expedição do mandado de imissão de posse em favor da RIMOR EMPREENDIMENTOS & PARTICIPAÇÕES S/A, conforme requerido no petítório de fls. 185/187.

**Remetam-se os autos à Diretoria Cível deste Tribunal, a fim de que seja expedido o competente mandado de imissão de posse, com a urgência necessária.**

É como voto.

Recife, 19 de *março* de 2013.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator

<sup>2</sup> STJ, REsp 493927/DF, Terceira Turma, Relator: Min. Humberto Gomes de Barros, julgado em 07/12/2006, DJ 18/12/2006, p. 361  
06 - AP nº 0286366-5



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0286366-5  
APELANTES: ALDECI JOSÉ DA SILVA E OUTROS  
APELADOS: RIMOR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A E OUTRO  
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
REVISOR: ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de ação de reintegração de posse, interposta pela empresa RIMOR em face do Sr. DARLAN JOSÉ DE CARVALHO, (Processo nº 0135212-30.2009.8.17.0001), os quais transacionaram, tendo a autora, pago ao demandado, a título de benfeitorias, a importância de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), em 04/01/2010, transação essa homologada por sentença contida às fs. 134.

Ocorre que no dia 20/01/2010 foi apresentado o Incidente de Oposição pelos ora apelantes. Arguem que são possuidores do bem descrito na inicial há mais de 10 anos, que permitiram a construção do imóvel pelo Sr. Darlan por freqüentarem a mesma igreja permitiram a construção da casa no terreno que detêm a posse ininterrupta, mansa e pacífica há mais de dez anos.

Alegam, ainda os apelante/oponentes que a sentença que julgou procedente a ação reintegração é nula pois feriu direito de terceiros, no caso os opoentes ora agravantes, vez que eles não participaram do acordo entre a autora e o réu da ação de reintegração. Acrescentando, ainda, que o Sr. Darlan tinha a posse precária.

Eis uma breve síntese.

Passo ao voto.

Juntados os autos de Oposição a Ação de Reintegração de posse, simultaneamente serão julgados.

216  
C

Claro está que o imóvel objeto da presente ação se encontrava na posse do Sr. Darlan, que o objeto da reintegração não abrange a posse sobre todo o lote de terreno próprio nº 01, da quadra "A", do loteamento da propriedade Berenger, situado na BR – 101, entre os quilômetros 12 e 14, em Beberibe, nesta cidade, medindo 90,00 m de frente; 77,00 de comprimento e 117,00m na linha dos fundos, totalizando uma área de 10.000,00 m2, conforme se encontra devidamente registrado no Registro Geral de Imóveis da 3ª. Circunscrição da Capital em favor da empresa RIMOR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, é o que prova o documento acostado às fs. 32/33 da ação de Reintegração.

Os oponentes fundamentam a sua petição se dizendo verdadeiros posseiros e, ainda, que têm direito líquido e certo, como posseiros, de usucapirem o terreno pelo decurso do prazo.

Impossível processar a oposição e o seu indeferimento está correto. Os apelantes sustentam posse velha ( mais de dez anos) e, claro estão protegidos quanto ao direito de peticionarem usucapião extraordinária ou ordinária, artigos 1238 até 1240, do CC., o que já foi feito, como noticiam os apelantes nas suas razões recursais às fs. 116. Ação autônoma, processo que deve ser utilizado para esse tipo de pretensão, pois não pode se anular decisão respaldada em direito real decorrente da propriedade, a qual ficou devidamente comprovada.

Na realidade os apelantes possuem mera expectativa de obterem o domínio (pela Usucapião). E, ainda, a sua exordial não preenche os requisitos dos artigos 282, do CPC, pois sequer consta na sua peça de oposição a descrição do bem que dizem possuir, esclarecendo, mais adiante, que o título se funda no instituto jurídico da usucapião. E tanto é assim que os autores informam já terem ajuizado a ação de Usucapião coletivo, tombado sob o nº 0005226-86.2010.8.17.0001, que tramita na 11ª. Vara da Capital, destarte, fica claro que eles se declaram proprietários pelo decurso do prazo, com *animus domini*.

Na realidade, pretendem os oponentes usufruir de um bem de propriedade do autor da Ação de reintegração, em cuja Ação as partes, o réu que detinha a posse, conciliaram. O acordo foi devidamente homologado . Todo devidamente provado e confessado pelos próprios oponentes e o demandado na Reintegratória. Impossível.

Se o bem estava ocupado pelo Sr. Darlan, não existia razão para os apelantes terem que concordar ou não com o citado acordo.

4



Isto posto, mantenho na íntegra a sentença vergastada e nego provimento ao apelo.

É como voto.

Inclua-se em pauta.

*Des. Adalberto de Oliveira Melo*

Des. Adalberto de Oliveira Melo  
Revisor

Sms.